



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 15º andar – Centro - CEP 13015-904

Fone: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



1 **Ata da reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos dez dias de março**  
2 **de dois mil e dez.** Estiveram presentes os seguintes **CONSELHEIROS TITULARES: I. Usuários: I.1. Movimentos**  
3 **Sociais:** Sr. João Xavier, Sra. Maria de Fátima S. da Silva; **I.2. Movimento Popular de Saúde:** Sra. Denise Mateus,  
4 Sra. Izabel Pereira de Oliveira, Sra. Leonilda Bravo Cabrera; **I.3. Conselhos Locais de Saúde:** Sr. Cláudio  
5 Trombetta, Sra. Ivone Crescêncio da S. Mendonça, Sr. José Mendes Juvenal, Sra. Maria Helena Nogueira; **I.4.**  
6 **Associação de Portadores de Patologias:** Sra. Érica da Silva Vitorino; **I.5. Movimentos Sindicais:** Sr. Adilson  
7 Momente, Sr. Francisco Genésio Lima de Mesquita, Sr. José Paulo Porsani, Sr. Sidney Mendes da Silva; **II.**  
8 **Trabalhadores: II.1. Trabalhadores dos Serviços de Saúde Municipais: a. Rede:** Sr. João das Graças Silva; **b.**  
9 **VISA:** Sra. Eloísa Israel de Macedo; **c. Hospitais e/ou Prontos-Atendimentos e/ou Prontos-Socorros:** Sr.  
10 Antonio Facin, Sra. Wilma Rosendo da Silva; **II.2. Conselhos e Associações de Classe:** Sr. Júlio César dos Santos,  
11 Sr. Wander de Oliveira Villalba; **II.3. Trabalhadores Estaduais de Saúde:** Sr. Luis Cláudio Pinto da Penha; **III.**  
12 **Gestores: III.1. Secretaria Municipal de Saúde:** Sr. Pedro Humberto S. Scavariello; **III.2. Prestadores de Serviço**  
13 **em Saúde – SUS:** Sr. Simão Raskin; **III.3. Prestadores em Serviço em Co-Gestão:** Sr. Eduardo Gaiger Keunecke;  
14 e os seguintes **CONSELHEIROS SUPLENTE:** **I. Usuários: I.1. Movimentos Sociais:** Sra. Cristina Rodrigues da  
15 Silva; **I.2. Movimento Popular de Saúde:** Sra. Soeli Alves Monteiro Gava, Sr. Lúcio Rodrigues, Sr. Armando  
16 Bota; **I.3. Conselhos Locais de Saúde:** Sra. Teresita del Niño Jesus de la Nuez Quintana; **I.4. Associação de**  
17 **Pessoas com Deficiência:** Sra. Adriana Roberta Costa Duarte; **II. Trabalhadores: II.1. Trabalhadores dos**  
18 **Serviços de Saúde Municipais: a. Rede:** Sra. Maria Ivonilde Lúcio Vitorino; **II.2. Conselhos e Associações de**  
19 **Classe:** Sra. Maria Izabel Nascimento Marques; **II.3. Entidade de Prestadores de Serviços de Saúde Privados:**  
20 Sra. Tereza Maria Teixeira de Oliveira; **III. Gestores: III.1. Secretaria Municipal de Saúde:** Sr. Edison Martins da  
21 Silveira, Sr. Walmir Cândido de Oliveira. O Sr. Pedro Humberto, presidente do Conselho Municipal de Saúde,  
22 iniciou a reunião dando as boas vindas para todos os participantes e homenageou as mulheres presentes,  
23 referente ao dia internacional das mulheres. Agradeceu a presença do secretário municipal de saúde de  
24 Valinhos, Sr. Luis Carlos Fustinoni e seu assessor Laumar Ricardo de Lima. Citou a ampla participação nas Prés-  
25 Conferência Municipal de Saúde Mental, sendo a próxima a do Distrito Norte, no dia 11 de março, às 13 horas  
26 e 30 minutos na Estação Cultura. O Dr. Saraiva, secretário municipal de saúde de Campinas, cumprimentou os  
27 presentes. O Sr. José Carlos realizou a leitura das pautas do dia, sendo **I. Informes; II. Apresentação, discussão**  
28 **e votação da Prestação de Contas da SMS – 4º Trimestre de 2009, acumulado Janeiro à Dezembro/2009,**  
29 **realizada pelo Dr. Fábio Forte de Andrade; III. Apresentação e discussão da Prestação de Contas – Termos**  
30 **Aditivos nº 04/2007; nº 05/2007; nº 06/2007, realizada pelo Dr. Fábio Forte de Andrade; IV. Apresentação e**  
31 **discussão das Emendas Parlamentares voltadas para a Saúde Municipal, apresentada pelo Dr. Fábio Forte de**  
32 **Andrade.** Nos informes, a Sra. Maria Ivonilde apresentou o primeiro exemplar do jornal do CMS “O  
33 Conselheiro” e apresentou o Sr. Marco Capitão, jornalista do CMS. Falou sobre a necessidade de divulgação do  
34 mesmo pelos conselheiros em seus locais. O Sr. Marco Capitão agradeceu o apoio da Sra. Maria Ivonilde para a  
35 confecção do jornal. O Sr. José Carlos informou sobre a Conferência Municipal da Saúde Mental, sendo nos dias  
36 09, 10 e 11 de abril, na PUCC, Campus II, no auditório Monsenhor Salim. Informou sobre a recomposição do  
37 Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos, sendo necessários 02 (dois) conselheiros municipais de saúde  
38 do segmento usuários. O Sr. Fábio iniciou a **apresentação da Prestação de Contas do 4º Trimestre de 2009 –**  
39 **acumulado Janeiro à Dezembro de 2009.** Lembrou que fora realizado uma audiência pública no dia 12 de  
40 fevereiro, sendo o CMS convidado para a mesma, onde fora realizada no período noturno, conforme  
41 solicitação dos conselheiros, porém contou com a presença de apenas dois conselheiros. Informou que os  
42 novos slides também foram demanda da última prestação de contas. Explanou sobre as fontes de recursos da  
43 Prefeitura, sendo a receita municipal, do período de janeiro a dezembro de 2009, R\$ 1.563.586.899,85 (um  
44 bilhão, quinhentos e sessenta e três milhões, quinhentos e oitenta e seis mil e oitocentos e noventa e nove  
45 reais e oitenta e cinco centavos) e a transferência de recursos do SUS, em 2009, no valor de R\$ 187.888.575,63  
46 (cento e oitenta e sete milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, quinhentos e setenta e cinco reais e sessenta e  
47 três centavos). A despesa com Saúde, no período de janeiro a dezembro de 2009, foi no valor de R\$  
48 653.155.748,89 (seiscentos e cinquenta e três milhões, cento e cinquenta e cinco mil, setecentos e quarenta e  
49 oito reais e oitenta e nove centavos), sendo mostrado detalhadamente onde foi gasto esta verba. Explicou  
50 sobre o impacto do gasto com recursos humanos da SMS na Lei de Responsabilidade Fiscal do município.  
51 Abertas as falas, o Sr. Trombetta parabenizou as mulheres presentes e solicitou que as prestações sejam  
52 trimestrais e não quadrimestrais, devido aos problemas operacionais do Conselho Fiscal de Saúde, tais como  
53 falta de funcionários e assessorias jurídicas e contábeis. Solicitou para o Dr. Saraiva a agilidade no envio dos  
54 documentos para o Conselho Fiscal de Saúde. Questionou o número do CNPJ do Fundo Municipal de Saúde e  
55 informou que o CFS não aprova a prestação realizada. A Sra. Teresita falou sobre as ações de combate à



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 15º andar – Centro - CEP 13015-904

Fone: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



56 dengue e questionou sobre a participação das outras secretarias municipais no combate à esta doença. A Sra.  
57 Maria Helena questionou sobre os prestadores conveniados e sobre a discriminação dos valores referentes às  
58 casa de apoio. Perguntou sobre a discriminação das verbas do Hospital Municipal Dr. Mário Gatti, onde o valor  
59 apontado era de, aproximadamente, R\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais), sendo apontado apenas  
60 R\$ 261.655,00 (duzentos e sessenta e um mil e seiscentos e cinquenta e cinco reais), na página 11 da  
61 apresentação. Questionou ainda sobre atrasos no pagamento dos convênios com a verba SUS, uma vez que  
62 este problema vem sendo apontado frequentemente em reuniões da Comissão de Acompanhamento do  
63 Convênio da Irmandade. A Sra. Adriana questionou onde eram apontados os gastos com materiais  
64 permanentes, cadeiras de rodas, órteses e próteses. Falou que no Centro de Referência em Reabilitação em  
65 Souza, os usuários aguardam as cadeiras de rodas, sendo informados que a Prefeitura não efetuara o  
66 pagamento da remessa anterior. Questionou sobre o tempo entre a compra do material, patrimoniá-lo e, só  
67 depois, disponibilizar para os usuários. A Sra. Eloísa afirmou que as apresentações da prestação de contas tem  
68 sido rotineiras, sem alterações. Parabenizou o CFS pela atenção aos repasses e verbas. Falou sobre uma  
69 reportagem da revista *Carta Capital*, a qual aponta a pesquisa do DENASUS no qual fora verificado, inclusive  
70 em São Paulo, que os governos têm aplicado as verbas da assistência farmacêutica e da vigilância no mercado  
71 de valores, deixando a população sem medicações. Afirmou que não é apenas o município que faz a saúde e,  
72 sim, o sistema de saúde com a participação da União, do estado e do município. Sugeriu que fosse publicada no  
73 jornal uma matéria com esse tema. A Sra. Wilma perguntou sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto ao  
74 concurso público e a convocação dos aprovados pelo mesmo. Perguntou se os funcionários contratado via  
75 Serviço de Saúde “Dr. Cândido Ferreira” entram como quadro de recursos humanos da Secretaria Municipal de  
76 Saúde, seria possível convocar os aprovados pelo concurso, sem impacto na referida Lei. O Sr. Porsani  
77 questionou sobre as razões pelas quais não se discute o orçamento da Secretária Municipal de Saúde no  
78 Conselho Municipal de Saúde. Afirmou que, ao não se discutir o orçamento, o Conselho e a saúde no município  
79 ficam “à reboque” da política do governo municipal. Argumentou que o CMS tem responsabilidade e condições  
80 para a discussão do orçamento da SMS. Questionou se haverá um compromisso efetivo de que haverá a  
81 referida discussão para o orçamento de 2011. O Sr. Lúcio concordou com a necessidade de discutir o  
82 orçamento no CMS. Questionou se o gasto com a folha de pagamentos do Serviço de Saúde “Dr. Cândido  
83 Ferreira”, na ordem de R\$ 17.000.000,00 (dezessete milhões de reais), e da SPDM, na ordem de R\$  
84 34.000.000,00 (trinta e quatro milhões de reais), é paga pela SMS. Questionou sobre os esclarecimentos com o  
85 contrato com a SPDM, onde as informações vêm apenas pela mídia, e não no CMS. Sobre a dengue, falou  
86 sobre o alto índice de *Breteau* e a participação das outras secretarias municipais e autarquias no combate à  
87 doença. A Sra. Izabel questionou sobre a verba distribuída para a rede básica ser bem menor que as verbas  
88 para a média e alta complexidade. Afirmou que a prevenção é a base para tratamento de saúde. Sobre a  
89 apresentação, solicitou que fossem demonstradas as verbas gastas com construção e as verbas gastas com  
90 prevenção e ações de saúde. O Sr. Fábio Forte explicou que esteve em uma reunião com o CFS e prontificou-se  
91 a entregar as notas fiscais referentes ao SAMU, e se prontificou a entregar e abrir os documentos solicitados.  
92 Afirmou que o CMS tem o poder de solicitar maiores detalhes sobre quaisquer contratos ou convênios. Sobre o  
93 CNPJ, explicou que, conforme apontado em setembro de 2009, no Pleno do CMS, o FMS já possui CNPJ próprio.  
94 Sobre a dengue, apontou a necessidade de cobrar as outras secretarias municipais na participação de ações  
95 contra a doença, porém cada cidadão tem uma grande responsabilidade neste tema. Quanto aos conveniados,  
96 explicou que os gastos com o Hospital Municipal Dr. Mário Gatti repassados, pela Prefeitura, na ordem de R\$  
97 22.800.000,00 (vinte e dois milhões e oitocentos mil reais). Porém, o hospital recebe verbas diretamente do  
98 Ministério da Saúde e do governo do Estado. Sobre atrasos de repasses da verba SUS, informou que a  
99 Prefeitura tem pago imediatamente para os prestadores, após realizado a transferência da verba pelo SUS.  
100 Explicou que, se há atraso no pagamento dos prestadores, é devido ao atraso do repasse do Ministério da  
101 Saúde, o que tem sido de um ou dois dias no máximo, sendo, portanto, ilegítimo a afirmação dos prestadores  
102 de que está ocorrendo atrasos no pagamento. Explicou que há o projeto para compra de cadeiras de rodas  
103 para o Centro de Referência de Reabilitação e há a verba para isso. Explicou que existe o convênio com a  
104 AACD que, além de próteses e órteses, fornece cadeiras de rodas. Falou que houve um atraso de pagamento, o  
105 qual fora restabelecido dentro dos prazos legais, onde a empresa deveria ter fornecido os equipamentos.  
106 Afirmou que está ocorrendo uma nova licitação para a compra das mesmas, porém o prazo para licitações é de  
107 sessenta a setenta dias. Explicou que o problema fora de processo e não de verbas. Falou que o estado de São  
108 Paulo não prestara contas da saúde e não há cobrança do estado e da União. Explicou que a prestação de  
109 contas é parte do processo, um pedaço do todo, que consiste em planejar, executar, prestar contas –  
110 monitorar e avaliar. Falou que o orçamento é baseado no Plano Municipal de Saúde e nas Conferências

111 Municipais de Saúde. Colocou-se à disposição para a discussão do orçamento e lembrou que o prazo para o  
112 envio para a Câmara dos Vereadores é em julho. Explicou que o convênio com o Serviço de Saúde “Dr. Cândido  
113 Ferreira” é na ordem de R\$ 56.000.000,00 (cinquenta e seis milhões de reais) e o convênio com a SPDM na  
114 ordem de R\$ 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de reais), sendo esses valores o repasse total dos convênios.  
115 Sobre os gastos com a rede básica, explicou que o valor apontado, R\$ 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de  
116 reais), é o que o Ministério da Saúde repassa para o município para a rede básica, porém, o gasto com a  
117 atenção básica é maior, sendo necessária a complementação com verbas próprias do município, na ordem de  
118 90% (noventa por cento) maior que o repasse da União. O gasto municipal com a rede básica é na ordem de R\$  
119 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Para a média e a alta complexidade, o Governo Federal repassa  
120 uma porcentagem muito maior. Apontou que na folha 06 da apresentação, encontram-se detalhadas as  
121 transferências de recursos. A Sra. Adriana solicitou maiores esclarecimentos das razões pelas quais as compras  
122 de materiais não estão melhor detalhadas na apresentação. O Sr. Fábio explicou que a prestação de contas é  
123 da SMS como um todo, sendo possível a apresentação de uma pauta específica sobre o assunto. A Sra. Adriana  
124 questionou sobre a priorização de compras de materiais. O Dr. Saraiva explicou que a questão das cadeiras de  
125 rodas é um grande problema para a SMS, onde, no início do ano, anunciaram a entrega das cadeiras. A  
126 distribuidora que venceu a licitação recebeu as verbas e entrou em falência, a qual não fora responsabilidade  
127 do município de Campinas. Explicou que a SMS pagou pelas cadeiras e não as recebeu. A legislação permite  
128 que sejam compradas apenas cadeiras de rodas homologadas pela Agência Nacional da Vigilância Sanitária, o  
129 que restringe os possíveis fornecedores do material. Explicou que fora encaminhado a primeira punição da  
130 distribuidora, estando no aguardo de orientações jurídicas, se realiza nova licitação ou se tenta acordo com a  
131 distribuidora. Em relação à discussão do orçamento, afirmou que a SMS tem interesse em discuti-lo com o  
132 CMS, porém, o envio do orçamento tem sido em cima dos prazos legais. Afirmou ser legítimo iniciar as  
133 discussões sobre o orçamento e a aplicação das verbas na saúde. Sobre os questionamentos do Ministério  
134 Público em relação ao convênio com a SPDM, explicou que está sendo respondido um a um, sendo esperado  
135 que as respostas estejam de acordo. Afirmou fora solicitado que se abrisse licitação para a renovação do  
136 convênio para o Complexo Hospitalar Ouro Verde. Falou que os gastos com a atenção básica é ônus quase  
137 exclusivo do município, pois a União repassa apenas 10% (dez por cento) desse orçamento. Lembrou que 75%  
138 (setenta por cento) da folha de pagamentos da SMS estão alocadas na rede básica, sendo o valor da atenção  
139 básica muito maior considerando-se o gasto com o quadro de recursos humanos. Lembrou ainda que a grande  
140 parcela dos recursos humanos do convênio com o Serviço de Saúde “Dr. Cândido Ferreira” também está  
141 alocada na atenção básica. Concordou que a alta complexidade é muito mais cara que a atenção básica. Falou  
142 que Campinas não pode ser descontextualizada do resto do país e citou os impactos que a Lei Seca teve sobre  
143 os gastos com a emergência e o SAMU. Porém, a lei não tem sido mais cumprida, sendo de responsabilidade da  
144 Polícia Militar. Apontou que, se o estado não fizer seu papel, prejudica a realização da prevenção na saúde  
145 básica, sendo necessário realocar mais recursos municipais. Após, parabenizou todas as mulheres pelo Dia  
146 Internacional das Mulheres. A Sra. Maria Helena questionou ainda sobre a prestação de contas das casas de  
147 apoio e reiterou sua pergunta sobre a prestação de contas do Hospital Municipal Dr. Mário Gatti. O Sr. Fábio  
148 Forte explicou que as casas de apoio estão incluídas no item “Outros Serviços”, para não confundir com  
149 prestadores, os quais são os hospitais conveniados e serviços hospitalares. Explicou que o Hospital Municipal  
150 Dr. Mário Gatti recebeu R\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais) de recursos próprios da Prefeitura e,  
151 aproximadamente, R\$ 261.000,00 (duzentos e sessenta e um mil reais). Explicou que o hospital tem CNPJ  
152 próprio e um convênio com o Ministério da Saúde, onde recebe verbas diretamente, sem passar pelo Fundo  
153 Municipal de Saúde. O Sr. Lúcio solicitou uma questão de esclarecimento sobre a prestação de contas e  
154 avaliação de rendimento da UNIFESP/SPDM. Solicitou que seja feita essa discussão antes da renovação do  
155 convênio. O Dr. Saraiva respondeu ser necessária, de fato, a discussão, inclusive sobre o modelo de gestão  
156 almejado. O Sr. José Carlos explicou que o convênio UNIFESP/SPDM está pautado para a reunião ordinária de  
157 abril. O Sr. Pedro Humberto consultou o pleno sobre a necessidade de abrir mais um bloco de  
158 questionamentos, sendo aprovado com 01 (um) voto contrário e 01 (uma) abstenção. A Sra. Izabel questionou  
159 sobre as verbas de adiantamento para pequenas reformas e serviços, uma vez que a coordenadora do Centro  
160 de Saúde Perseu de Barros relatou não possuir a referida verba. O Sr. Trombetta solicitou o número do CPNJ.  
161 Solicitou que na prestação do Centro de Controle de Zoonoses constassem as viaturas locadas. Questionou  
162 sobre o processo de gestão da VISA inserida no Centro de Controle de Zoonoses. O Sr. Genésio parabenizou a  
163 apresentação e pelo trabalho da Mesa Diretora e agradeceu a construção do centro de saúde na região do  
164 Jardim Santa Rosa. O Sr. Adilson parabenizou o trabalho do Fundo Municipal de Saúde e sugeriu que o grupo  
165 que faz a gestão dos recursos fizesse reuniões mais frequentes com o Conselho Fiscal de Saúde, para que não

166 haja surpresas nos dias de prestações de contas para o pleno. O Sr. Fábio Forte explicou que a verba de  
167 adiantamento, a qual todas as unidades tem direito, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), sendo R\$ 500,00  
168 (quinhentos reais) para serviços e R\$ 500,00 (quinhentos reais) para materiais de consumo, devendo prestar  
169 contas com notas fiscais e documentos. Apontou que o número de CNPJ consta no site do Fundo Nacional de  
170 Saúde, sendo que o CNPJ garante que a verba destinada à saúde do município seja destinada exclusivamente à  
171 esse fim. Afirmou que o material da apresentação é disponibilizado no site da Secretaria Municipal de Saúde  
172 meses antes da pauta no pleno do CMS. Colocou-se à disposição para explicar a prestação de contas e, caso  
173 não seja suficiente, o CMS deve solicitar assessoria externa e de confiança. O Dr. Saraiva explicou que a  
174 coordenação deve prestar contas da verba de adiantamento para poder receber mais, caso contrário, o recurso  
175 não é disponibilizado. Concordou com a realização de reuniões entre o Conselho Fiscal de Saúde e o Fundo  
176 Municipal de Saúde. Falou sobre o problema da construção dos quatro centros de saúde, a saber: Jardim  
177 Itatinga, São Bernardo, Parque Oziel e Jardim Rosália, devido à empresa que faliu. Em processo de votação  
178 nominal,  **votaram FAVORÁVEL:** Sra. Maria de Fátima S. da Silva, Sra. Cristina Rodrigues da Silva, Sra. Izabel  
179 Pereira de Oliveira, Sra. Ivone Crescêncio, Sra. Maria Helena Nogueira, Sra. Érica Vitorino, Sr. Adilson Momento,  
180 Sr. Francisco Genésio, Sr. José Paulo Porsani, Sra. Maria Ivonilde Vitorino, Sr. Antônio Facin, Sr. Júlio César dos  
181 Santos, Sr. Wander de Oliveira Villalba, Sr. Pedro Humberto S. Scavariello, Sr. Edison Martins da Silveira, Sr.  
182 Eduardo Gaiger Keunecke; os seguintes conselheiros  **votaram CONTRÁRIOS:** Sr. João Xavier, Sra. Denise  
183 Mateus, Sr. Cláudio Trombetta, Sr. José Mendes Juvenal, Sra. Adriana Roberta da Costa Duarte, Sr. João das  
184 Graças Silva, Sr. Wilma Rosendo da Silva, Sr. Luis Cláudio Pinto da Penha; e os seguintes conselheiros  
185 **ABSTIVERAM-SE:** Sra. Leonilda Bravo Cabrera, Sra. Teresita del Niño Jesus de La Nuez Quintana, Sra. Eloísa  
186 Israel de Macedo, Sra. Tereza Maria Teixeira de Oliveira. Dessa forma, com 16 (dezesseis) votos favoráveis, 08  
187 (oito) votos contrários e 04 (quatro) abstenções, o Conselho Municipal de Saúde **APROVA** a Prestação de  
188 Contas da Secretaria Municipal de Saúde 4º Trimestre de 2009 – acumulado janeiro a dezembro. O Sr. João  
189 Xavier solicitou declaração de voto, onde alegou que o conselheiro fiscal possui uma grande responsabilidade  
190 na aprovação de uma prestação de contas e que, possui dúvidas em relação à algumas prestações  
191 apresentadas. A Sra. Wilma solicitou declaração de voto, alegando que fora apresentado ao Ministério Público  
192 Federal solicitando esclarecimentos quanto à UNIFESP/SPDM, Serviço de Saúde “Dr. Cândido Ferreira” e outras  
193 instituições que constam na prestação de contas, os quais ainda não foram respondidos. A Sra. Adriana  
194 solicitou declaração de voto, justificando que votara contrário devido aos problemas referentes à questão da  
195 cadeira de rodas. A Sra. Eloísa solicitou questão de ordem, onde, as explicações sobre a prestação de contas  
196 devem ser feitas ao Conselho Municipal de Saúde e, não, a um conselheiro em particular. O Sr. Walter, do  
197 Fundo Municipal de Saúde, iniciou a apresentação da pauta **III. Apresentação e discussão da Prestação de**  
198 **Contas – Termos Aditivos nº 04/2007; nº 05/2007; nº 06/2007.** Sendo o TA nº 04/2007 ao convênio entre a  
199 Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e a Prefeitura Municipal de Campinas, com o objeto de  
200 investimento com a aquisição de equipamentos médicos e odontológicos para as unidades básicas de saúde,  
201 no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), com data de vigência em 31 de março de 2009,  
202 onde a não prorrogação fora informada em 14 de dezembro de 2009. A prestação de contas do referido TA  
203 ocorrera em 10 de março de 2010. O TA nº 05/2007 ao convênio entre a Secretaria de Estado da Saúde de São  
204 Paulo e a Prefeitura Municipal de Campinas, com o objeto de investimento com a aquisição de equipamentos  
205 médicos para o Complexo Hospitalar Ouro Verde, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), com  
206 data de vigência em 31 de março de 2009, onde a não prorrogação fora informada em 14 de dezembro de  
207 2009. O TA nº 06/2007 ao convênio entre a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e a Prefeitura  
208 Municipal de Campinas, com o objeto de investimento com a aquisição de equipamentos médicos, no valor de  
209 R\$ 100.000,00 (cento mil reais), com data de vigência em 31 de março de 2009, onde a não prorrogação fora  
210 informada em 14 de dezembro de 2009. Abertas as falas, a Sra. Maria Helena apontou ser vergonhoso para a  
211 Secretaria Municipal de Saúde ter 18 (dezoito) meses e não conseguir implementar os serviços, ainda mais em  
212 se tratando da Odontologia, uma das áreas mais carentes da SMS. A Sra. Eloísa questionou os motivos pelos  
213 quais não foram gastas as verbas e falou sobre a necessidade de criar estruturas para gerenciar os recursos de  
214 fato. Falou ainda sobre contratos com empresas de qualidade duvidosa e citou o exemplo da empresa ÚNICA  
215 de limpeza. O Sr. Facin citou estar contemplado pelas falas anteriores, e acrescentou ser uma vergonha uma  
216 gestão não gastar as verbas doadas. O Sr. João Xavier falou que a não execução dessas verbas inviabiliza o  
217 questionamento e a cobrança para mais verbas para o município. O Sr. Porsani argumentou ser vergonhoso o  
218 papel do estado mais rico do país destinar apenas o valor irrisório repassado para o município e questionou as  
219 prioridades do governo. O Sr. Francisco diz que não se deve apontar os lados errados, pois ambos estão  
220 equivocados. Questionou quais são os equipamentos. Perguntou se era verba de emendas parlamentares ou



221 pedido da Prefeitura. Falou que o financiamento da saúde é perverso e não o é a toa. Sugeriu uma moção de  
222 repúdio a este fato, pois o município de Campinas tornou-se banco para a verba estadual. A Sra. Neuza falou  
223 sobre a carência da Saúde de Campinas, e citou que o Pronto Atendimento Centro passa por problemas com os  
224 equipamentos de raio-X. Citou que os problemas do Pronto Atendimento Centro restringem-se aos  
225 equipamentos e à estrutura, porém o quadro de funcionários tem sido elogiado. A Sra. Cristina falou não ser  
226 vergonhoso não executar as verbas e sim, inadmissível o fato de devolver as verbas para o estado. Diz que para  
227 solicitar verbas é necessário ter capacidade para gastar e executar as mesmas. Afirmou que a Odontologia é  
228 um setor carente, sendo que o Conselho Municipal de Saúde deve discutir muito mais que notas fiscais. Que se  
229 deve discutir orçamento. Apontou que a administração deve ser descentralizada, flexibilizando a lei de  
230 licitações. O Sr. Fábio Forte afirmou estar bastante consternado. Concordou com o Sr. Francisco, onde  
231 Campinas fora o banco do estado, pois devolveu a verba com juros e correções e falou que o Fundo Municipal  
232 de Saúde possui R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) de emendas parlamentares com prazo para a  
233 execução, o qual se não for cumprido deve ser devolvido. Explicou que as verbas dos TAs apresentados são  
234 oriundos de emendas parlamentares, onde o estado não revelou o nome do deputado. O Sr. Walter explicou  
235 que a não devolução das verbas tornaria o município inadimplente, o que resultaria no encerramento do  
236 fornecimento de outras verbas. Respondeu que os equipamentos do TA nº 04/2007 foram eletrocardiógrafos,  
237 mesa de ginecologia, equipamentos odontológicos e divã clínico; do TA nº 05/2007 foram ventiladores  
238 artificiais e de pressão infantil, monitores de sinais vitais e oxímetros de pulso; do TA nº 06/2007 foram  
239 cardioversores portáteis e um respirador eletrônico. O Sr. Fábio Forte explicou que para essas licitações não  
240 apareceram interessados, sendo que a Prefeitura respeitou os prazos, mas não houve interesse pelos preços  
241 previstos no convênio. Falou que a legislação vigente é retrógrada em relação à licitações. A Sra. Maria Cecília  
242 concordou com a necessidade da reforma administrativa, pois o organograma não contempla mais a realidade  
243 do SUS. Após, o Sr. Pedro Humberto realizou a votação em relação à proposta de Moção de Repúdio, sendo  
244 aprovada por unanimidade. Devido o avançado da hora, o Sr. José Carlos informou que não seria possível  
245 contemplar a pauta **IV. Apresentação e discussão das Emendas Parlamentares voltadas para a Saúde**  
246 **Municipal, apresentada pelo Dr. Fábio Forte de Andrade**, a qual será trabalhada na próxima reunião. O Sr.  
247 Pedro Humberto justificou a retirada da ordem do dia a pauta **“Apresentação, discussão e votação do**  
248 **Convênio “Ação Integrada Bom Dia, Morador de Rua”, apresentado pelo Dr. Deivisson Vianna, coordenador**  
249 **da Saúde Mental e pelo Dr. José Roberto Hansen, coordenador do SAMU 192 Campinas”**, devido à  
250 dificuldades à readequações técnicas. A Sra. Eloísa solicitou uma questão de ordem, apontando que a retirada  
251 de pontos de pautas deve ser passada pelo Pleno do CMS, uma vez que já fora encaminhado na convocação. O  
252 Sr. Pedro Humberto explicou que o pedido de pauta fora da gestão e, uma vez que a mesma teria dificuldades  
253 para apresentá-la, solicitou a retirada da ordem do dia. O Sr. Miro falou que já estão recebendo moradores de  
254 rua, na promessa do governo que se criaria um projeto para essas pessoas, o que não aconteceu,  
255 comprometendo os recursos das casas de apoio envolvidas. Explicou que passaram pela casa de apoio, 70  
256 (setenta) pessoas em situação de rua. O Sr. Facin falou que o CMS recebeu os moradores presentes de braços  
257 abertos, não sendo justo responsabilizar o CMS pela retirada de pauta. Explicou que, segundo o Regimento  
258 Interno, não é possível apresentar uma pauta se quem a solicitou não tiver condições de fazê-la. Falou ser  
259 necessária a presença da Secretaria de Assistência Social. O Sr. Miro justificou que não responsabiliza o CMS  
260 pela retirada da pauta. O Sr. Pedro Humberto reiterou que a gestão solicitara a pauta e, que, a pedido dos  
261 gestores, fora retirada a pauta e publicada em Diário Oficial. O Sr. Porsani falou que o CMS é soberano e  
262 autônomo, com condições de pautar e debater questões de saúde e que afetem os usuários. Defendeu que o  
263 presidente do CMS deve procurar as autoridades municipais e realizar todos os esforços para apoiar a presente  
264 questão. A Sra. Izabel falou que, em reunião da Comissão da Secretaria Executiva, já havia pauta para o dia,  
265 sendo que a gestão solicitara a inclusão da referida pauta e, que após discussão, foram solicitados  
266 esclarecimentos sobre o assunto. Ficara sabendo que fora retirada da pauta no pleno. Defendeu que a  
267 Secretaria de Assistência Social deve estar presente na discussão. Falou que não se deve culpar o CMS, pois  
268 este existe para defender os usuários e justificou que não fora o CMS que cancelou a pauta. O Sr. Pedro  
269 Humberto afirmou que a Executiva pautará novamente e que fará uma representação junto ao governo sobre  
270 o tema. Afirmou que as ações de saúde já vem sendo prestadas à pessoas em situação de vulnerabilidade.  
271 Afirmou que a Saúde presta assistência de saúde dentro da Operação, com o ambulatório do SAMU e  
272 encaminhamento de pessoas com quadro agudo de doenças e os dependentes químicos, que desejam  
273 tratamento, foram encaminhados aos CAPSs. Explicou sobre o papel das “Casas de Passagem”. Falou sobre o  
274 papel da Assistência Social na pauta, sendo papel do Conselho Municipal de Saúde deliberar sobre o convênio.  
275 Garantiu que os gastos das casas de apoio serão ressarcidos. Sugeriu que houvesse uma reunião entre ele, Sra.



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 15º andar – Centro - CEP 13015-904

Fone: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



276 Maria Cecília e dois conselheiros municipais de saúde sendo a pauta o convênio. O Sr. Xavier sugeriu que a  
277 Assistência Social participasse da reunião proposta pelo Sr. Pedro Humberto. A Sra. Eloíza esclareceu que o  
278 projeto é de governo. Falou que a ação ocorre desde outubro, estranhando o fato do questionamento da  
279 participação da Assistência Social ser feito somente agora. Falou sobre o papel de abrigamento das casas de  
280 apoio, o que não é contemplado pelo SUS. Relatou que existe um plano para os moradores de rua, aprovado  
281 pelo Conselho Municipal de Saúde, não executado. Falou que as pessoas que iniciaram esse projeto estão,  
282 atualmente, fora dos mesmos. Questionou o que será das pessoas em condições de rua. O Sr. Pedro Humberto  
283 encerrou a presente reunião, agradecendo a presença de todos. Nada mais a ser tratado, eu, José Carlos  
284 Bortotto Junior, Secretário Executivo do Conselho Municipal de Saúde, lavro a presente ATA assinando-a  
285 juntamente com os demais presentes.